

ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA - GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS, CONTRATOS E LICITAÇÕES.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE  
ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA

Protocolo: 001776/2023 - 05/07/2023 15:28:55

Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - CONCORRÊNCIA  
PÚBLICA 001/2023 - PROCESSO DAAE 368/2023

Nome: CONSTROESTE CONSTRUTORA E

**Ref.: Concorrência Pública n.º 001/2023 – Processo DAAE n.º 368/2023.**

*(Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de operações de estação de transbordo, transporte dos resíduos até aterro sanitário Classe II-A e II-B, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital).*

**CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.291.846/0001-04, com sede social em São Paulo, Capital, na Av. Rio Branco, 1.647 – 1º andar, salas 10, 11 e 12, Bairro Campos Elíseos, CEP 01205-001, por seu diretor ao final assinado, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, à vista de ilegalidades nele encontradas, fazendo-o com fundamento no item 4.8 do Edital de Licitação, bem como art. 41, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93, e com base nas seguintes razões fáticas e jurídicas.

## **1. DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, destaca-se a tempestividade da presente impugnação.

De acordo com o item 4.2 do Edital, a licitante poderá apresentar impugnação em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas.

Assim, considerando que a sessão pública para abertura dos envelopes de habilitação ocorrerá no dia 14/07/2023 (sexta-feira), resta inquestionável a tempestividade da presente impugnação.

## **2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

O Departamento Autônomo de Água e Esgotos – DAAE de Araraquara lançou a Concorrência nº 001/2023 para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de operações de estação de transbordo, transporte dos resíduos até aterro sanitário Classe II-A e II-B, por um período de 12 (doze) meses.



A sessão pública de abertura das propostas estava originariamente designada para 28 de abril de 2023, no entanto, o Edital foi impugnado junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através dos procedimentos de nº 009556.989.23-4, 009560.989.23-8 e 009580/989/23-4.

Inicialmente, a sessão pública foi suspensa, e, em julgamento pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ocorrido em 31 de maio de 2023, tendo o Departamento Autônomo de Água e Esgoto tomado ciência de seu resultado em 17/06/2023, foi determinada a republicação do Edital, para que passasse a constar as alterações apontadas, constantes em voto condutor do Acórdão.

Contudo, apesar da republicação do Edital de Licitação, ainda foram identificadas graves irregularidades caracterizadoras de **vícios de ilegalidade insanáveis, que impedem o prosseguimento do processo licitatório**, a saber:

- I. Ilegalidades no item 9.IV do Edital, quanto à qualificação técnica da licitante:
  - (a) Necessidade de se exigir da licitante vencedora a apresentação da autorização ou licença ambiental somente quando da assinatura do Contrato;
  - (b) Ausência de exigência de inscrição da licitante junto ao CREA para execução de serviço afeto à área de engenharia e ausência de exigência de comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, nos termos do art. 30, § 1º, I, da Lei 8.666;
  - (c) Manutenção da exigência de apresentação do termo de anuência do aterro no caso de subcontratação da disposição final dos resíduos na fase de habilitação técnica, contrariando a determinação do TCE/SP constante do voto condutor do Acórdão;
- II. Ilegalidade no item 9.5.III.c. Incompatibilidade da exigência de comprovação do capital social mínimo ou patrimônio líquido com os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte;
- III. Ilegalidade no item 15.6. Ausência de previsão de prazo máximo para aprovação do pagamento pela gerência requisitante;
- IV. Ilegalidade no item 15.12. Ausência de previsão de incidência de juros de mora, nos termos do art. 37, XXI da CF c/c art. 40, III e XIV da Lei nº 8.666;



Tais ilegalidades, por imperativo, devem conduzir à revogação do Edital, sob pena de inominável burla à lei. É o que se espera venha a acontecer, conforme restará esmiuçadamente demonstrado a seguir.

**I. Ilegalidades no item 9.IV do Edital, quanto a qualificação técnica da licitante.**

Como visto, o objeto da Concorrência nº 001/2023 é a “contratação de empresa especializada para execução dos serviços de operações de estação de transbordo, transporte dos resíduos até aterro sanitário Classe II-A e II-B, por um período de 12 (doze) meses”.

Para fins de qualificação técnica do licitante, o item 9.IV do Edital exigiu o cumprimento das seguintes obrigações:

**IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Para comprovação da **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**, a licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação, num período de 12 (doze) meses ou período inferior que correspondem em aproximadamente 50 % do quantitativo do objeto contratual, admitindo-se a somatória de atestados concomitantes, inclusive, tendo como parcela de maior relevância, conforme Súmula 24 do TCE/SP e art. 30 da Lei:

*Operação de Estação de Transbordo/Transporte/Disposição Final de Resíduos Domiciliares num quantitativo de 2.650 (Duas mil e Seiscentas e Cinquenta) toneladas/mês.*

Será permitida a subcontratação do serviço de transportes de RSD e da disposição final de RSD em aterro licenciado. No caso de subcontratação a empresa participante da licitação e responsável pelo serviço de operação da estação de transbordo e pela execução global do contrato, deverá apresentar também os atestados observando as mesmas regras, das subcontratadas que farão o transporte e a disposição final dos RSD e o termo de anuência do aterro que receberá os resíduos.

No entanto, verifica-se que o item está eivado de diversas nulidades que conduzem à sua revogação por conter vícios que afrontam às normas vigentes, consoante aos itens abaixo elencados:

- a) Necessidade de se exigir da licitante vencedora a apresentação da documentação ambiental somente quando da assinatura do Contrato. Documentação comprobatória essencial para a execução do serviço.

Considerando a natureza e as especificidades inerentes ao objeto licitado, verifica-se, de imediato, a incompletude da documentação exigida, o que, por consequência, reflete na contrariedade à legislação pátria.

Isso porque o Edital trouxe a exigência relativa à apresentação de documentação ambiental na fase de qualificação técnica quando deveria se dar na fase de assinatura do Contrato, contrariando a determinação do TCE/SP constante do voto condutor do Acórdão.



Tal exigência editalícia tem respaldo no art. 5º da Lei Estadual nº 997/76, que assim dispõe:

Artigo 5º - A instalação, a construção ou a ampliação, bem como a operação ou o funcionamento das fontes de poluição que forem enumeradas no Regulamento desta lei, ficam sujeitos à prévia autorização do órgão estadual de controle da poluição do meio-ambiente, mediante expedição, quando for o caso, de Licença Ambiental Prévia (LAP), de Licença Ambiental de Instalação (LAI) e/ou de Licença Ambiental de Operação (LAO). (NR)

§ 1.º - Para os fins do disposto neste artigo, considera-se "fonte de poluição" qualquer atividade, sistema, processo, operação, maquinária, equipamento ou dispositivo, móvel ou não, previsto no Regulamento desta lei, que cause ou possa causar poluição ambiental através da emissão de poluentes. (NR)

§ 2.º - A Licença Ambiental Prévia - LAP será expedida na parte preliminar do planejamento de uma "fonte de poluição", conterà os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação e será outorgada por prazo determinado. (NR)

§ 3.º - A Licença Ambiental de instalação - LAI autorizará o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do projeto aprovado e será outorgada por prazo determinado. (NR)

§ 4.º - A Licença Ambiental de Operação - LAO autorizará o início da atividade licenciada e, quando couber, o funcionamento dos equipamentos de controle ambiental exigidos, de acordo com o previsto nas licenças ambientais prévia e de instalação e será outorgada por prazo determinado, sem prejuízo da eventual declaração de desconformidade do empreendimento ou atividade, do ponto de vista ambiental, ocorrida posteriormente, ensejando a adoção, pelo empreendedor, de medidas corretivas a serem implantadas de acordo com programas fixados pela autoridade competente. (NR)

Assim, tratando-se de documentação ambiental que é considerada como condição indispensável para o funcionamento da estação de transbordo e do aterro sanitário, a situação ora em comento se enquadra na hipótese prevista no art. 30, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, de forma que não deveria ser exigida na fase de qualificação técnica e, somente deveria se dar na fase de assinatura do Contrato, contrariando, assim, a determinação do TCE/SP constante do voto condutor do Acórdão.

Em nota de reforço, não é demais dizer que a exigência da documentação ambiental visa garantir que a execução do objeto licitado não provocará danos ao meio ambiente, devendo constar a obrigação de o Município disponibilizar a licença à licitante vencedora e serem estabelecidos os parâmetros para que referida licitante obtenha tal autorização.





Nesse sentido, cumpre colacionar o julgado do Tribunal de Contas da União, ressaltando a importância da apresentação de documentação ambiental quando o serviço licitado depender de autorização do órgão ambiental para ser executado:

“No mérito, acompanho integralmente o posicionamento da Unidade técnica. A Lei de Licitações exige, em seu art. 30, inciso IV, prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, encontrando o licenciamento da empresa interessada junto ao Órgão ambiental para fins de funcionamento e exercício das atividades requeridas no edital, fundamento também no disposto no art. 28, inciso V, segunda parte, da referida lei. Há, portanto, necessidade de se incluir no edital, em razão dos serviços que serão prestados, exigência que reflita a adequada observação da legislação específica (ambiental), cuja comprovação deverá ser apresentada pelas licitantes para habilitação. (...) requisitos previstos em lei especial, para fins de habilitação e qualificação técnica, deverão ser verificados no momento da habilitação. A lei não previu outro momento para se exigir o cumprimento de leis específicas (como as ambientais), nem para aquelas que impõem o cumprimento de certas condições para o funcionamento da licitante. (Acórdão nº 1.895/2010, Plenário, re. Min. Augusto Nardes)”

Desta feita, cabe ao órgão licitante exigir a documentação ambiental quando for imprescindível para o funcionamento do empreendimento ou para a prestação do serviço licitado, devendo o Edital de Licitação prever que a apresentação da autorização licença ambiental pela licitante vencedora se dê somente na assinatura do Contrato, a ser devidamente disponibilizada pelo ente competente pelo titular do empreendimento.

- b) Ausência de exigência de comprovação do licitante possuir inscrição no CREA e de possuir em seu quadro permanente profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, nos termos do art. 30, I e § 1º, I, da Lei 8.666/93.**

Além da omissão relativa à exigência de apresentação de autorização ou licença ambiental para exercício do serviço licitado, o Edital também foi omissivo quanto às exigências expressas do art. 30, I e § 1º, I, da Lei nº 8.666, que assim dispõem:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do



aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: **comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;**

O serviço licitado compreende à operação da unidade de transbordo, parcela essa que não é passível de subcontratação, nos termos da regra editalícia. Referido serviço se enquadra como atividade de engenharia, nos termos do art. 3º, I, c, da Lei nº 11.445<sup>1</sup> e para a qual se faz necessária a inscrição junto ao Conselho responsável pela fiscalização.

A norma prevê, expressamente, a necessidade de a licitante possuir inscrição no conselho respectivo e a comprovação de possuir em seu quadro permanente profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, no caso o CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica.

Seguindo nesta toada, há que se dizer que o registro das pessoas físicas e jurídicas nos conselhos regionais é condição obrigatória para o exercício da atividade. Assim dispõe a Resolução nº 336/1989 do Confea:

“Art. 3º O registro de pessoa jurídica é ato obrigatório de inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia onde ela

<sup>1</sup> Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de: (...) c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;



inicia suas atividades profissionais no campo técnico da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.”

Registre-se por oportuno que a inserção dos requisitos acima mencionados é imperiosa pois, além de atenderem ao princípio da legalidade, porque decorrem de expressa previsão normativa, atendem à seleção da proposta mais vantajosa e à supremacia do interesse público, pois o certame deve culminar com a contratação de empresa detentora de qualificação técnica para executar o serviço licitado.

Como bem conceituado por Marçal Justen Filho a respeito da qualificação técnica:

“(…) Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado. Isso abrange, inclusive, a situação de regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão. Na ordenação procedimental tradicional, essa qualificação técnica deverá ser investigada em fase anterior ao exame das propostas e não se pode sequer admitir a formulação de propostas por parte de quem não dispuser de condições técnicas de executar a prestação.”<sup>2</sup>

Desse modo, a inserção dos requisitos ora indicados é essencial para continuidade do certame e, ao fim, para que a administração municipal selecione a proposta mais vantajosa para o interesse público.

É imprescindível, portanto, que a licitante comprove, para fins de qualificação técnica, a sua inscrição junto ao CREA e a existência de profissional, em seu quadro pessoal, devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de atestado de responsabilidade pela execução do serviço de características semelhantes.

**c) Manutenção da exigência de apresentação do termo de anuência do aterro no caso de subcontratação do serviço de transporte e disposição final, contrariando a determinação do TCE/SP constante do voto condutor do Acórdão**

Por fim, importa destacar que no julgamento pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ocorrido em 31/05/2023, determinou a exclusão da obrigatoriedade da apresentação da carta de anuência relativa ao aterro sanitário que receberá os resíduos sólidos, nos termos da Súmula 15 do TCE/SP.

O Tribunal entende que essa exigência configura “compromisso de terceiro alheio à disputa, devendo ser substituída, como assevera Ministério Público, por

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários às leis de licitações e contratos administrativos. 14ª ed. São Paulo: Dialética, 2010, pp. 428/429.



declaração de compromisso de que, caso se sagre vencedora, a proponente apresentará comprovante de anuência do titular do aterro, em interregno razoável e previamente estabelecido no instrumento de convocação."

No entanto, a redação do item 9.IV.a do Edital manteve a exigência no caso de subcontratação, veja-se:

. Será permitida a subcontratação do serviço de transportes de RSD e da disposição final de RSD em aterro licenciado. No caso de subcontratação a empresa participante da licitação e responsável pelo serviço de operação da estação de transbordo e pela execução global do contrato, deverá apresentar também os atestados observando as mesmas regras, das subcontratadas que farão o transporte e a disposição final dos RSD e o termo de anuência do aterro que receberá os resíduos.

Portanto, em atenção à decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em total desacordo com a determinação do TCE/SP constante do voto condutor do Acórdão uma vez que incluiu na fase de habilitação a apresentação do termo de anuência do aterro que receberá os resíduos, devendo haver a revogação do certame, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

**II. Ilegalidade no item 9.5.III.c. Incompatibilidade da exigência de comprovação do capital social mínimo ou patrimônio líquido com os benefícios concedidos às micro e pequenas empresas.**

No presente caso, a determinação do TCE/SP constante do voto condutor do Acórdão asseverou a inclusão de regras voltadas à aplicação concreta das disposições da Lei Complementar nº 123/2006, em benefício das microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

Ainda que a omissão editalícia não impossibilite tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas e, ademais, que **o valor estimado do certame supere o faturamento anual de aludidas sociedades empresariais**, deverá integrar o compêndio de correções a inclusão de regras voltadas a eventual aplicação concreta das disposições da Lei Complementar nº 123/2006. A providência visa nortear a condução do procedimento licitatório, que conta inclusive com possibilidade de subcontratação, a ensejar, em tese, incidência de referido regramento.

Ou seja, entende-se que a exigência estaria além dos limites para micro e pequenas empresas, no entanto, considerando a possibilidade de subcontratação, haveria a possibilidade, em tese, de ser possível o enquadramento.

Note-se, então, que a exigência do item 9.5.III.c, referente a *"comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) na forma integralizada, do valor estabelecido no item 1 subitem 1.3 deste Edital, ou seja, R\$ 1.200.004,80 (um milhão, duzentos mil e quatro reais e oitenta centavos)"* deverá ser revista.





Isso porque, para que, de fato, sejam contempladas as regras em favor das micro e pequenas empresas, a exigência se mostra desproporcional, sendo suficiente a comprovação de qualificação econômico-financeira através de certidões negativas, termo de opção pelo Simples Nacional ou declaração anual de imposto de renda.

Em sentido similar é o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, que tem determinado aos órgãos e entes públicos jurisdicionais, que se abstenham de inserir nos editais de licitação cláusula contendo exigência para as micro e pequenas empresas apresentarem balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício como condição para qualificação de habilitação econômico-financeira, na fase de habilitação (vide ACÓRDÃO Nº 91/2018 - TP, ACÓRDÃO Nº 94/2018 - TP, ACÓRDÃO Nº 267/2018 - TP e ACÓRDÃO Nº 268/2018 - TP).

Portanto, ante a existência de cláusula restritiva, que limita a competitividade especialmente quanto às micro e pequenas empresas, deve ser reformada.

### III. Ilegalidade no item 15.6. Ausência de previsão de prazo máximo para aprovação do pagamento pela gerência requisitante

O Edital prevê que o pagamento pelos serviços prestados será efetuado mensalmente, nos seguintes termos:

15.6 - O pagamento será mensal e efetuado no 5º (quinto) dias útil após a liberação da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas, desde que os serviços sejam aprovados pela Gerência Requisitante.

Note, contudo, que o Edital foi omissivo ao deixar de prever qualquer prazo máximo para a aprovação do pagamento pela Gerência Requisitante, o que contraria o disposto no art. 40, XIV, da Lei nº 8.666, que prevê expressamente a obrigatoriedade de que o Edital as condições para o pagamento, com prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

Embora o edital preveja prazo máximo de pagamento, não informa em que período o ordenador de despesas deverá liberar a nota fiscal, o que é essencial para que a contraprestação financeira seja honrada a tempo e modo ajustado entre as partes.

Assim, o Edital deve ser reformado, passando a constar de forma expressa o prazo máximo para aprovação do pagamento, a fim de evitar a inadimplência por parte da administração municipal.



**IV. Ilegalidade no item 15.12. Ausência de previsão de incidência de juros de mora, nos termos do art. 37, XXI da CF c/c art. 40, III e XIV da Lei nº 8.666**

Ainda, a análise do Edital de Licitação e seus anexos revela omissão quanto à incidência de juros moratórios, nos casos de inadimplemento por parte do Município de Araraquara, durante a vigência do contrato.

De fato, ao tratar sobre os atrasos no pagamento, o Edital de Licitação apenas previu a incidência de correção monetária com base no índice econômico IPCA, conforme item 15.12, nada falando sobre os juros de mora.

Tal omissão constitui violação ao princípio da legalidade, haja vista que o art. 37, XXI da CF/88 prevê expressamente o direito dos contratados de receberem os pagamentos correspondentes aos serviços prestados ao Estado ao tempo e modo devidos, sob pena de recebimento do valor corrigido, se constatado o atraso em tal adimplemento<sup>3</sup>.

No mesmo sentido, o art. 40, III e XIV da Lei nº 8.666/93, prevê que o edital deverá conter, obrigatoriamente, as sanções para o caso de inadimplemento, assim como as condições de pagamento, incluindo os critérios para atualização financeira dos valores a serem pagos, e compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos<sup>4</sup>.

Além disso, a ausência de previsão acerca da incidência de juros moratórios viola o princípio da moralidade, ante a vedação ao enriquecimento ilícito da Administração Pública, em detrimento de seus contratados, pois, a longo prazo, esse desequilíbrio pode tornar a prestação de serviço inviável.

Embora se espere que os contratantes cumpram as suas obrigações de forma integral e pontual, é possível que situações adversas ocorram ao longo da execução do contrato, impedindo o adimplemento das obrigações, quer seja pela Contratada ou pela Contratante.

Desse modo, em prol dos princípios da legalidade, moralidade, e segurança jurídica, é de mister importância que a irregularidade ora apontada seja sanada,

<sup>3</sup> Art. 37. (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

<sup>4</sup> Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: (...) III - sanções para o caso de inadimplemento; (...) XIV - condições de pagamento, prevendo: (...) d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;



com a conseguinte previsão de incidência de juros de mora, acaso verificado descumprimento contratual pela Administração Pública, em atenção ao art. 37, XXI da CFBR/88, e art. 40, III e XIV da Lei nº 8.666/93.

### **3. DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, na salvaguarda dos seus interesses, a Impugnante pede e espera seja a presente Impugnação recebida, conhecida e julgada totalmente procedente, afastando-se do texto do Edital e seus anexos as ilegalidades e contradições ora apontadas, restaurando-se o império da lei e do Estado Democrático de Direito.

**Como decorrência lógica e legal do imperioso afastamento das ilegalidades ora destacadas, deverá ser revogado nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.**

Por fim, pugna que a presente impugnação seja recebida no efeito suspensivo, sobrestando-se a continuidade do certame, inclusive da sessão designada para recebimento dos documentos de habilitação e propostas.

Termos em que, pede deferimento.

São José do Rio Preto/SP., 04 de julho de 2023.



**Denner Fernandes Beato**  
Diretor